

A doçura do açúcar e a amargura da vida: a situação dos trabalhadores sob o sistema de *morada* nas pequenas localidades do Município de Palmares (Pernambuco, 1987)

The sweetness of sugar and the bitterness of life: the situation of workers under the housing system in the small towns of the Municipality of Palmares (Pernambuco, 1987)

Bruno Rafael Lima Ribeiro Alves
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE)

Resumo: O açúcar desempenhou um papel significativo na formação social, econômica e política das cidades da Zona da Mata, especialmente no município de Palmares, que é o foco deste artigo. Os senhores de engenho estabeleceram um ambiente de domínio e controle sobre as vidas daqueles que estavam ligados às atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar, assim como às engrenagens que sustentavam essa prática, seja nas usinas ou nos banguês. Os trabalhadores que viviam sob o regime de *morada* enfrentavam um contexto caracterizado por trabalho degradante e excessivo, além da quase inexistência do mínimo básico para uma vida digna, como educação, saneamento básico, alimentação, transporte, energia, saúde e acesso a terra. O objetivo deste artigo é analisar as condições de vida e trabalho nos engenhos de Palmares, no final do século XX.

Palavras-chaves: Mata Sul de Pernambuco, Palmares/PE, Sistema de *morada*, Trabalho, Cana-de-açúcar.

Abstract: Sugar, the central subject of this article, played a significant role in the social, economic and political formation of the municipality of Palmares, sugarcane zone of Pernambuco, Brazil. Since the colonial period, sugarcane plantations have constituted an environment of complete domination and control over resident workers (*moradores de engenho*). Inside the plantations, rural workers did not have access to education, adequate food, regular transport, energy, health services, sanitation and land to plant. Labor analogous to slavery was the rule. The purpose of this article is to analyze, in Palmares, life and work inside plantations at the end of the 20th.

Key words: Pernambuco Forest Zone, Palmares, resident workers, sugar cane.

Introdução

Os caminhos do açúcar no Brasil decorreram de invasões portuguesas que não reconheceram os povos originários como legítimos donos da terra. Dessa maneira, intensificou-se a usurpação e exploração territorial iniciado no século XV.

O sistema de *plantation* apareceu no Nordeste sustentado pela mão de obra indígena e principalmente pelo massivo tráfico de pessoas vindas do continente africano, resultando nas zonas canavieiras, arquitetadas a uma cultura de completo domínio e controle através das ordens do *senhor de engenho* e do cerceamento da Coroa portuguesa¹.

O latifúndio, uma das bases desse projeto de colonização, moldava o espaço adequando-o às suas necessidades e consequentemente causando transformações sociais, econômicas e políticas. A monocultura açucareira atravessou diferentes épocas. Introduzida na colônia transitou por todo o império e permaneceu durante a república com muita preponderância e sendo a principal atividade econômica na região da Mata Sul de Palmares, Pernambuco².

O açúcar, produzido inicialmente a partir da cana crioula, era refinado através dos métodos das casas de purgar que, na segunda metade do século XIX, já no final do período imperial, foram substituídas por enormes maquinários³.

Analisando as perspectivas do liberto após a Lei Áurea, e o surgimento das usinas, ambos, na virada do século XIX para o XX, podemos concluir que a abolição não significou uma ruptura total das atividades que antecederam 1888. Embora a abolição representasse o fim das senzalas, os engenhos permaneceram e o século XX carregou lembranças e continuidades. Muitos dos ex escravizados tornaram-se assalariados rurais envolvidos nos banguês ou nas fábricas, vivendo sob regime de *morada*⁴.

A historiografia de Pernambuco demonstra, em especial, a da Zona da Mata Sul, que esse pequeno corte geográfico do imenso território brasileiro traz uma profunda narrativa das sociedades interioranas desenvolvidas a partir da plantação da cana-de-açúcar, na qual é

¹ FERLINI, Vera. A Civilização do açúcar (Séculos XVI a XVIII). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 19

² ANDRADE, Manuel C. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1964, p. 265.

³ ANDRADE, M. C. de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados, 15(43), 2001.

⁴ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** 2ª Ed. Recife: Editora da UFPE, 2012.

possível evidenciarmos como ainda perseveraram resquícios do passado, seja em forma de memória patrimonial, ou pela persistência de práticas que nunca chegaram ao fim⁵.

Esse artigo se divide em três partes que buscam dar sentido à questão principal, a situação de populações que viviam em pequenas localidades no município de Palmares no final do século XX. No primeiro momento, traçamos uma breve reflexão do pós abolição e a permanência do liberto como parte de uma economia voltada ao açúcar e que naquele momento passava por um processo de modernização em sua produção. O passo seguinte trata de identificar alguns fatores que levaram a extensão territorial e aumento populacional das regiões interioranas, em específico a cidade estudada. Por fim, chegaremos na razão de fato desse trabalho, a situação presenciada no ano de 1987 pelos canavieiros que sobreviveram em meio a reorganização e persistência de uma tradição marcada pela exploração do trabalho, baixa expectativa de vida e escassez do básico: alimentação, saúde, educação, direitos, além do excesso de violência.

Século XIX: a produção do açúcar, o trabalho do homem livre e o advento das usinas

A "Jovem República" de 1889 trouxe consigo o surgimento de uma nova estrutura de trabalho influenciada pelas usinas de açúcar, as quais tentavam capitanear todo o processo açucareiro depois da falência dos engenhos centrais⁶ e do quase fim dos antigos banguês⁷. As concentrações de terra passaram a ser disputadas também por investidores monopolistas que concorriam com os senhores de engenho. O intuito repetia-se: mão de obra quase sem custo, trabalho desumano e esgotamento das riquezas naturais em detrimento do lucro máximo⁸.

As usinas foram instaladas em meio a esse cenário de disputas. Em lugares que forneciam recursos mais do que necessários para seu funcionamento. Outrossim, o conhecimento geográfico e povoamento das regiões interioranas contribuíram para a escolha da fértil Zona da Mata Sul como espaço ideal para a implantação de um sistema pautado na prática açucareira.

Embora a abolição proporcionasse a liberdade legal, na prática isso não significou a

⁵ ANDRADE, Manuel C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Op. Cit., p. 265.

⁶ ANDRADE, Manuel C. de. História das usinas de açúcar em Pernambuco. Recife: Massangana, 1989, p. 23.

⁷ ANDRADE, Manuel. C. de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Op.Cit., p. 273.

⁸ ANDRADE, Manuel C. de. História das usinas de açúcar em Pernambuco. Op. Cit., p. 65.

inserção social dessa parcela livre da sociedade, pois permaneceu sem qualquer reparação ou diminuição dos danos de mais de trezentos anos de escravidão. O Estado se mostrou ausente e a sociedade patriarcal, presente. Por isso, os libertos permaneceram marginalizados, analfabetos, sem oportunidades de acesso à educação e formação acadêmica, tampouco qualificações profissionais. Na prática, continuaram desenvolvendo atividades agrícolas, em uma situação muito parecida com a qual viveram a vida toda⁹.

O cortador de cana, embora agora fosse um homem livre, que não estava mais acorrentado aos engenhos pelo sistema escravista, sobrevivia por lá mesmo, procurando por condições melhores de recompensa, já que poucas eram as possibilidades de exercerem atividades menos degradantes¹⁰.

Os empresários conseguiam manter a usina em atividade mesmo sem os fornecedores de cana, bastava arrendar terras e plantar sua própria matéria-prima. Enquanto isso, os fornecedores dependiam do capital dos usineiros, já que a posse das lavouras não significava a posse da indústria¹¹.

O trabalho nas fábricas e a produção das safras continuavam dependentes de mão de obra. Por isso, havia uma estrutura de funcionamento que aprisionava o homem livre à terra em que trabalhava. Dessa forma, em ocasiões limitadas, os usineiros e latifundiários disponibilizavam casebres em situações precárias e pedaços de terra para que os cortadores de cana pudessem morar e praticar a agricultura de subsistência, procedimento que foi diminuindo ao longo do século XX. Tudo isso fazia parte de um sistema de alienação da terra, pois os usineiros temiam que faltassem trabalhadores para a próxima colheita, somado ao interesse no controle e domínio das vidas de seus empregados¹², para que essa mão de obra estivesse sempre à disposição¹³.

Nesse sistema chamado de morada, a relação entre o morador-trabalhador e o usineiro¹⁴ era de absoluta dependência, subordinação, obrigações, injustiças e violência¹⁵. Os

⁹ FERLINI, Vera. *A Civilização do açúcar (Séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 19

¹⁰ Ibidem. Op. Cit.

¹¹ ANDRADE, Manuel C. de. **História das usinas de açúcar em Pernambuco**. Op. Cit., p. 65.

¹² DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Op. Cit., p. 111.

¹³ Ibidem. Op. Cit., p.92.

¹⁴ GARCIA, Afrânio Raul. Libertos e Sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, 1988, p. 5.

¹⁵ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2ª Ed. Recife: Editora da UFPE, 2022.

patrões ofereciam o mínimo para a sobrevivência. Mesmo assim, muitas famílias aceitavam tais condições, pois não conseguiam se estabelecer nos centros urbanos pela falta de qualificação, em consequência de um caráter histórico.

Todos os atos de concessão tinham pretensões muito bem direcionadas. Disponibilizavam casas para que sempre estivessem por ali, em busca de trabalho. Cada engenho tinha seu distanciamento dos centros, uma distância que afetava suas próprias vidas. O "pacote morador" não contava com transporte, o que impossibilitava alguns de terem acesso às cidades¹⁶. Permaneciam isolados, “mesmo nas unidades fabris que se localizavam praticamente dentro das cidades, as usinas mantinham uma vila operária própria, numa tentativa de isolar os operários do resto da população”¹⁷.

Feridas abertas que nunca sararam: a violência como garantia da ordem

Sendo a morada um regime apoiado em uma cultura de controle e violência como mecanismo que sustentava o latifúndio, os proprietários agregavam trabalhadores em uma relação de subordinação e efetivo domínio de suas vidas. Uma das formas dos canavieiros chegarem a esses espaços era através de cartas escritas por antigos patrões ou emissários indicando-os, e assim, escolhia a mão de obra das lavouras e residentes do sistema de morada baseado em fatores correspondentes ao perfil que melhor se adequasse às suas demandas para as atividades cotidianas, dentre as quais estavam o número de integrantes da família e se tinham esposas e filhos, pois isso representava mais braços para o trabalho¹⁸.¹⁸

Outro aspecto que contribuiu para fortalecer os laços de dependência na relação entre trabalhador e o patrão se explicava quando esses deixavam os antigos engenhos por dívidas nos barracões¹⁹, criando assim, em novas terras que iria trabalhar uma maior alienação, e

¹⁶ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Op. Cit.

¹⁷ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op. Cit., p. 102.

¹⁸ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Op. Cit.

¹⁹ “A arquitetura espacial da *plantation* previa o controle do uso do solo para manter a dependência dos moradores aos barracões e submetê-los a uma economia fechada”. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op. Cit., p. 242.

uma gratidão por serem aceitos mesmo tendo esse histórico. Dessa maneira, o que poderia ser um empecilho para que o patrão escolhesse aquela família que advinha de outro lugar não era, pois reforçava o vínculo de sujeição²⁰.

A brutalidade nunca se descaracterizou dos canaviais e da morada. A violência servia como meio para assegurar que tudo que estivesse sobre a terra satisfizesse as vontades de seu dono. A relação entre o morador e o senhor era de inteira subordinação²¹. A população que morava nos engenhos não tinham qualquer amparo do governo, considerando-se o interior afastado demais da capital, tanto geograficamente quanto em relação à burocracia governamental.

Mesmo que os trabalhadores rurais pudessem acessar as cidades, buscando ajuda da justiça e denunciando atos ilegais, muitas vezes as políticas locais e as leis não atingiam o patronato. Descumprimento de direitos trabalhistas e qualquer uma das inúmeras alegações de abuso não eram resolvidos pelo amparo ou âmbito legal. Aqueles que se rebelassem contra seu empregador sofriam sentenças proferidas pelo próprio acusado²².

A justiça, o emprego, a permissão para lazeres ou quaisquer outras atividades eram controladas e permitidas ou não pelos proprietários²³. A morada representava um sistema cuja única autonomia decisória estava nas mãos da autoridade absoluta, assegurada pela manutenção das práticas agressivas, tarefa encarregada aos capangas, braços violentos e armados. Faziam tais crueldades pela recompensa de benefícios e tinham liberdade e garantias legitimadas por seus mandantes para que pudessem realizar qualquer ação da forma que quisessem contra os moradores. Não importava se lutavam por direitos como o pagamento de salário, eventuais correções, mesmo que fosse de maneira pacífica e tampouco poderiam recusar-se a prestar determinado serviço²⁴.

O próprio ato de direcionar uma cobrança ou dizer "não" era tratado como rebeldia. A desavença era revertida em castigos corporais. A coação não era apenas para punir, existia

²⁰ “A sujeição pessoal não era um elemento distintivo de “servidão”, mas resultava apenas da posição dominante do detentor da terra - o latifundiário - que lhe outorgava esse tipo de meio de pressão sobre a mão de obra”. Ver: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Op. Cit., p. 366.

²¹ GARCIA, Afrânio Raul. Libertos e Sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Op. Cit.

²² FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op. Cit., p. 102.

²³ Idem, p. 357.

²⁴ Idem, p. 209.

como meio ostensivo²⁵. As rondas feitas pelos pistoleiros apontavam um clima de tensão e ordenamento do estado natural dos cativos²⁶ e sujeitos²⁷.

Os cortadores de cana exerciam um trabalho exaustivo em jornadas de longas horas de trabalho. Havia quase uma nulidade do tempo disponível para o repouso. O pouco período que sobrava era dividido entre o descanso e a agricultura de subsistência, mas isso não era justificativa para negarem-se a desempenhar atividades além da carga horária exigida. Os patrões, quando queriam, mandavam bater nas portas dos casebres exigindo o comparecimento para realizarem alguma tarefa que “não poderia esperar”. Não importando a hora e as circunstâncias, os trabalhadores eram obrigados a desempenhar as atividades solicitadas naquele exato momento. Caso se recusassem, podiam sofrer medidas impetuosas²⁸.

A historiadora Christine Dabat expõe como a violência estava impregnada nas vidas e na rotina, e, nesse caso, os meios justificavam os fins:

Mas, qualquer aspecto banal da vida no engenho podia ser pretexto à violência; passar por locais proibidos; chupar cana; recusar-se a algo ordenado pelo patrão; cortar capim para abastecer as criações amarradas por falta de espaço para deixarem-nas pastar; “não dar atenção”²⁹.

Não importando a justificativa, mas sempre a ação, o patrão deixava claro o motivo do corretivo para que servisse de exemplo. A desobediência ao senhor de engenho gerava efeitos diversos, pois poderiam ser expulsos de onde moravam junto com toda a sua família e sem qualquer indenização.

Intimidados, aqueles que haviam feito algo que poderia contrariar seu chefe viviam com receio da repressão e se arriscavam nas estradas perigosas com medo do que pudesse acontecer. Buscavam engenhos distantes para não serem caçados e trazidos de volta pelos homens de confiança. Na prática, o uso da violência para manter uma suposta ordem no meio rural era recorrente. Os assassinatos eram cometidos, geralmente por armas de fogo, ou quando o corpo conhecia seu limite após o açoitamento e a tortura e, por fim, quando o

²⁵ Idem.

²⁶ “Cativos e sujeitos eram os termos que melhor definiam os moradores de engenho. Termos que, em grande medida, os remetiam de volta aos tempos da escravidão e sua consequente ausência de liberdade”. Idem, p. 174.

²⁷ Idem, p. 174.

²⁸ Idem.

²⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Op.Cit., p. 737.

patrão se dava por satisfeito com a surra dada ao desafeto³⁰.

A Mata Sul de Palmares

Certa a tese de que a cidade é um ser vivo, essas cidades açucareiras de Pernambuco nasceram, viveram e estão – muitas delas – quase à morte. A vida no interior da Zona da Mata de Pernambuco ressurgiu onde a usina se instalou³¹.

A presença holandesa no século XVII, mais especificamente entre 1630 e 1654, contribuiu para maiores movimentações habitacionais em áreas distantes da linha litorânea. Os holandeses não estavam focados em implementar novas estruturas para a questão da plantation, mas reacender investimentos em engenhos já existentes³². Não tinham interesse em ocupar outras fronteiras para a produção de açúcar, além das já exploradas. Nesse período, com uma população menor em comparação aos portugueses, ocorreu a fragilidade do sistema escravista, tornando mais frequente a fuga de escravos e fugitivos da lei, tendo Palmares PE como um dos locais de escape desses povos. E pela região da Mata Sul supracitada, havia também a presença de portugueses que mudavam da Capital para o interior como foragidos, por participarem das batalhas contra os batavos. Todo esse panorama, formou uma concentração de gente em lugares distantes da capitania de Pernambuco. Assim sendo, ainda no século XVII, passou a ocorrer maiores movimentações nas regiões interioranas³³.

A região que hoje corresponde ao estado de Alagoas fazia parte do estado de Pernambuco, e nas imediações da área, em direção à capitania, existiam alguns quilombos, sendo o mais conhecido deles o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares. Após a expulsão dos holandeses, Portugal retomou a posse das terras e efetivou a sua autoridade na região do rio Una por meio da caça e destruição dos quilombos.

Assim sendo, com a modificação do espaço e a urbanização das áreas da Mata Sul, Palmares passou por um processo gradual de autonomia legislativa até

³⁰ “O uso intenso de armas de fogo, denúncias públicas de agressões e assassinatos, ameaças de morte, dentre outras demonstrações de práticas violentas, faziam parte do cotidiano dos trabalhadores do açúcar antes e depois dos chamados anos de chumbo, bem como antes e depois do fim da *morada*”. Ver: FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op. Cit., p. 55.

³¹ CARLI, Gileno De. **Aspectos açucareiros de Pernambuco**. Rio de Janeiro: IAA, 1940, p. 7.

³² ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Op. Cit., p. 73.

³³ CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Palmares (PE)**. Série Monografias municipais. Editor FIDEPE, FIAM, 1981, p. 17.

conseguir o foro de cidade. Isso resultou em um acelerado povoamento na região estudada durante a República, período em que Palmares se consolidava como um dos polos usineiros da Mata Sul. Não era novidade, pois já havia tido a experiência nesse ramo através do Engenho Central Bom Destino e Bom Gosto, em fins do Império. Este último localizava-se no atual município de Joaquim Nabuco, mas durante suas atividades, toda aquela região pertencia a Palmares³⁴.

Os banguês sobreviviam através dos fornecedores que faziam parte da classe dominante que estavam sendo expurgados da proximidade com o centro, pois perdiam terras férteis para as usinas que tentavam absorver todos os meios de produção da estrutura fundiária, expulsando-os para locais de acesso remoto. Com eles iam na bagagem a cana-de-açúcar e, por lá, apareciam os trabalhadores rurais³⁵.

A persistência do trabalho degradante e a luta pelos direitos trabalhistas em meados dos anos 1980

Em sua obra, *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*,³⁶ a autora Socorro Abreu refletiu sobre o papel decisivo dos movimentos sindicais rurais na luta pelos direitos adquiridos, mas não cumpridos, e por melhorias trabalhistas. O homem rural continuava sofrendo em decorrência da violência, fome, da falta de saúde e lutava por condições melhores de vida e trabalho. Nesse contexto, o sindicalismo uniu diferentes trabalhadores rurais canavieiros. O intuito era estimular aqueles que estavam nos engenhos, ou nos bairros em péssimas condições próximos às usinas, espalhados pelo vasto território de Pernambuco, sobretudo nas Zonas da Mata³⁷.

Nesse período, eclodiu uma série de greves com rigor constitucional, pois tentavam manter as legalidades das greves contra a violência física, moral, e em resistências das leis infringidas. Trabalhadores contratados, e safristas alegavam a necessidade do cumprimento das leis trabalhistas. Nesse sentido, é possível identificar a problemática sob a perspectiva

³⁴ COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Os Engenhos Centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**. Departamento de Economia, Universidade Federal de Alagoas. Arquivo Público de Pernambuco. Códice Engenhos Centrais, Documento nº 80, 2010, p. 11.

³⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar em Pernambuco**. Op. Cit.³⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. 2. ed Recife : Ed.Universitária da UFPE, 2012.

³⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. 2. ed Recife : Ed.Universitária da UFPE, 2012.

³⁷ Idem, p. 137.

dos direitos garantidos por lei. As reivindicações não estavam pautadas em um caráter revolucionário, mas numa legislação que para os operários existia desde 1943 com o decreto da Consolidação das Leis do Trabalho durante o Estado Novo. Até esse momento, todos os direitos constituídos ainda eram voltados para os trabalhadores urbanos³⁸.

Com uma sequência de greves e reivindicações, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, cuja base advinha da CLT, mas, que ao contrário dela, especificava as diretrizes para o patrão e para o funcionário dentro do campo. Além disso, acrescentava outros direitos como o descanso remunerado, proteção à saúde, à integridade física, direito à moradia e água potável para os trabalhadores rurais e suas famílias, alimentação apropriada, e transporte³⁹.

Pouco antes da década de 1980, as greves se intensificaram entre empregadores e empregados, e os sindicatos ganharam força. As discussões e encorajamentos eram pregados em diferentes eventos, celebrações, cultos e conversas⁴⁰. Em uma dessas ocasiões, a Convenção Coletiva de 1979 trouxe pontos que exigiam novamente a obrigação das leis trabalhistas que não eram cumpridas⁴¹.

Os proprietários não só se opunham como encontravam meios para fugir da lei, demitindo trabalhadores sem qualquer acordo. Era frequente a demissão de canavieiros com carteira de trabalho assinada, negando o pagamento de indenização, e assim por diante.

O olhar de Miguel Arraes para as pequenas localidades da Zona da Mata

Eleito, em 1986, democraticamente como governador de Pernambuco, Miguel Arraes foi empossado em um momento de fragilidade política, em meio ao processo de redemocratização do país e à luta pelos direitos das camadas subalternas no setor rural. A realidade desses trabalhadores não era estranha para Arraes, como havia sido em 1979 para o Presidente João Batista Figueiredo, que ao visitar regiões mais carentes em termos de acesso e qualidade de vida, ficou impressionado ao constatar que faltava de tudo para as famílias

³⁸ Idem, p. 190.

³⁹ Idem, p. 32.

⁴⁰ Idem, p. 59.

⁴¹ BEZERRA, Marcela Heráclito. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)**. Recife: 2012, p. 146.

residentes nas pequenas localidades da Zona da Mata⁴².

O governo de Miguel Arraes defendia políticas de reforma agrária e melhores condições de vida e trabalho para o homem do campo, especialmente o cortador de cana. Nesse contexto, implementou medidas para amenizar e reverter a situação dos trabalhadores rurais nas zonas canavieiras, investindo em programas de saúde, educação e emprego⁴³.

Apesar da evolução dos direitos e da atuação ativa dos lavradores, fruto de muita luta contra a exploração, a situação social nos canaviais ainda era insalubre, precária e degradante. Quanto mais isoladas fossem as localidades, menor era a atuação do governo e da justiça. Desse modo, a lei que perdurava era a lei praticada pelo *senhor de engenho* e dono de usina.

O governo de Arraes, por sua vez, sabia da importância dos sindicalistas, do diálogo com os movimentos sociais e, acima de tudo, da necessidade de solucionar os problemas das zonas canavieiras, por isso:

No mês de abril de 1987 foram visitados 6 municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco com a finalidade de se verificar "in loco" as condições em que se encontravam as populações residentes em distritos e povoados ilhados pela cultura da cana-de-açúcar, relacionar os problemas, as carências, bem como levantar as reivindicações emergenciais destas comunidade⁴⁴.

Essa pesquisa tentou conhecer detalhadamente as condições de vida e trabalho no mundo açucareiro. É possível observar, através do gráfico de reivindicações, a situação de 39 comunidades no município de Palmares em 1987.⁴⁵ Percebemos assim, a persistência de cenários marcados pelas péssimas condições de vida daqueles que estavam atrelados ao regime de morada.

Gráfico 1: Frequência (por número de localidades) das reivindicações dos habitantes das

⁴² Idem.

⁴³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Op. Cit. .

⁴⁴ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, 1987, p. 5.

⁴⁵ As comunidades pesquisadas foram: Bananal, Comunidade de Boa Vista, Camivouzinho, Capricho, Catuama II, Couceiro, Esperança, Lajedo, Milão, Monte Pio, Pirangi, Pocinho, Riachuelo, Santa Fé, Distrito Santo Antonio dos Palmares, Usina Serro Azul, União, Verde, Aratinga, Barra do Dia, Bela Vista, Burity, Camivou, Campinas, Canaru, Catuama I, Diamante, Fanal da Luz, Gomes, Heval, Humaita, Limão, Riachão, Piraua, Santa Fé, Santo Antonio dos Palmares, Sao Jose da Prata, Sumidouro, Veneza.

pequenas localidades visitadas pelo Governo do Estado de Pernambuco no município de Palmares PE (1987).



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados extraídos do Levantamento FIAM, pesquisa voltada às áreas rurais na cidade de Palmares PE no ano de 1987.

Podemos observar também:

Gráfico 2: População (por categorias das reivindicações) nas pequenas localidades visitadas pelo Governo do Estado de Pernambuco no município de Palmares PE (1987).



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados extraídos do Levantamento FIAM, pesquisa voltada às áreas rurais na cidade de Palmares PE no ano de 1987

Saúde e Transporte

As reivindicações dessas pequenas localidades denunciavam a constância do

ambiente lamentável em que estavam inseridos aqueles que subsistiam nesses engenhos. Por isso, as atividades cotidianas relacionadas ao trabalho nas usinas e canaviais causavam debilidades à saúde daqueles que estavam desempenhando tais atividades açucareiras. A complexa relação entre o trabalhador e os chefes baseava-se no controle absoluto sobre os seus corpos, em decorrência da exaustão física e psicológica⁴⁶. Nos anos 1980, ocorria a conquista de novos direitos, e pela primeira vez, desde o Golpe de 1964, com o governo Arraes, o cortador de cana tinha espaço em um plano político que não era puramente econômico. Dessa vez, enxergava-se o lado social, ainda que lentamente. No entanto, o bem-estar consistia em ter força para trabalhar e tentar não morrer de fome. O isolamento era um fator primordial que também determinava se aquele morador iria sobreviver ou não. É possível observar como as localidades continuavam distantes e sem acesso recorrente ao centro do município de Palmares⁴⁷.

No levantamento das reivindicações feitas nas 39 localidades do território do município de Palmares/PE, 17 delas reclamavam falta de transporte (Gráfico 1), demonstrando como eram separadas e solitárias essas populações⁴⁸. A falta de acesso a outras regiões reflete o afastamento do convívio com outra realidade distinta ao contorno social dos engenhos. Além disso, demonstra a falta de acesso relacionada à saúde, como foi o caso do Engenho Burity, que solicitava a construção de benfeitorias de atendimentos médicos mais próximos e investimentos no acesso viário, já que parte do percurso para chegar ou sair da redondeza tinha que ser feito por carroças devido às péssimas condições das estradas nessa localidade, “dado a inexistência de Posto de Saúde no Engenho, a população recorria aos serviços de saúde da FSESP e ao escasso atendimento do Sindicato, à 24km”⁴⁹. Essa situação permaneceu durante e após o governo de Miguel Arraes. Quando comparamos o ano de 1987, data da pesquisa do FIAM, com outros momentos que a antecede, podemos constatar mazelas análogas quando nos referimos ao bem estar do homem frente às atividades açucareiras. Por consequência da ausência de segurança, os acidentes envolvendo os trabalhadores eram recorrentes devido ao uso de ferramentas afiadas no corte da cana, além

⁴⁶ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2012, p. 93

⁴⁷ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, 1987, p. 153, Vol. 2, p. 183.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem, p. 191

disso, não existia nenhum tipo de assistência às mulheres gestantes⁵⁰. Desse modo, todos estavam desamparados e inseguros, fazendo com que o estado falhasse em promover assistência a essas pessoas⁵¹.

Os postos médicos existentes na região eram inativos e não contavam com profissionais de saúde. Além disso, quando disponíveis, esses postos apresentavam uma estrutura precária, com a supressão de equipamentos e materiais adequados para prestar auxílio ou emergência⁵². Esse cenário afetava mais da metade dos engenhos que reivindicavam amparos sociais em Palmares, aproximadamente 53% de todas as localidades revelavam a privação de assistência médica⁵³.

Caso o acidentado, doente ou mulher gestante tivesse o socorro imediato no posto local, com um médico devidamente capacitado para aquela situação, e com equipamentos adequados, ainda assim, lidariam com outro problema que era a falta de energia elétrica necessária para funcionar determinado aparelho. Apenas sete engenhos e todas as comunidades da Mata Sul pesquisadas⁵⁴ dispunham de geradores e mesmo assim, por tempo limitado, o engenho de Camevouzinho ligava as turbinas das 19h às 21h⁵⁵.

Quando um doente, dentre os 13.129 moradores dessas regiões (gráfico 2) conseguia ser transportado para o hospital mais próximo⁵⁶, por meio de carroças, ônibus, carregado em redes⁵⁷, ou pela ajuda dos sindicatos, já que praticamente inexistia auxílio do Governo⁵⁸, ainda assim, muitas vezes enfrentavam outra transferência, pois não havia doutores especialistas disponíveis para atender casos específicos. Essa realidade não era exclusiva das

⁵⁰ CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**. A palavra chave de um cientista que amava sua terra. Editora UFPE.

⁵¹ FERREIRA FILHO, J. M. M. **A indústria dos corpos exauridos na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p.244.

⁵² FERREIRA FILHO, J.M.M. **A indústria dos corpos exauridos na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**. Op. Cit., p. 245.

⁵³ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, p. 153, Vol. 2, p. 183.

⁵⁴ Idem

⁵⁵ Idem, p.162.

⁵⁶ “As distâncias que os doentes e os acidentados percorriam para receber atendimento denunciava, em certa medida, a falta de assistência médica no interior do Estado”. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)**. Op. Cit., p. 254.

⁵⁷ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, p. 153.

⁵⁸ FERREIRA FILHO, J.M.M; DABAT, Christine Rufino. Terra, trabalho e saúde na sociedade açucareira (Pernambuco, século XX). In: MIRANDA, Carlos; MARIANO, Serioja. **Saúde e sociedade no Brasil: uma perspectiva histórica**. Recife: Ed. UFPE, 2022, p. 94.

áreas rurais, também se fazia presente no Hospital Barão de Lucena, construído no Recife em 1958⁵⁹ para atender aos trabalhadores desta área, a maioria proveniente dos interiores. A infraestrutura e suporte dessa emergência reproduzia a estratificação social presente nas zonas rurais, onde o atendimento privilegiava os patrões com cobertura e excelentes serviços, enquanto os empregados contavam com recursos inferiores. Por fim, se recuperar de doenças e acidentes nem sempre era possível, pois mesmo que essa pudesse ser evitada por meio de um atendimento rápido, a indisponibilidade de transporte sempre que necessário levava muitos à morte⁶⁰.

Alimentação, estradas e transportes

A violência não foi apenas o único meio de alienação do homem do campo dentro do sistema de morada. Tão eficaz nesse regime de exclusão foi o isolamento do lavrador dentro de um sistema que não poderia propiciar a relação do sujeito com culturas diferentes.

A quantidade de residências nas localidades não era suficiente para todos que quisessem viver por ali, os trabalhadores encontravam dificuldades em conseguir que os donos disponibilizassem casebres erguidos em péssimas condições para assim residirem e trabalharem nos engenhos. Desse modo, os proprietários escolhiam a quem cederia a casa, e daria o emprego, por outro lado, a participação dos senhores de engenhos estava atrelado em todas as fases do processo de morar em seu território sobre sua lei, como também, interferia na entrada ou saída de pessoas nas suas circunscrições, pois, muitos que queriam atingir outras regiões precisava do amparo ou auxílio do proprietário, caso quisesse sair das linhas que delimitavam as plantações, a usina e os engenhos⁶¹. A distância entre as localidades e as feiras dos interiores exigia uma jornada que muitas vezes não era possível a pé. Mesmo acostumados a andar por quilômetros, o percurso para chegar as feiras eram impraticáveis⁶².

Para aqueles que moravam nos engenhos não significava que estavam situados próximos aos sítios em que realizavam suas atividades, esses locais de residência representava mais uma questão de isolamento de uma realidade externa ao mundo ruralista e açucareiro, do que de aproximação entre o trabalho e suas casas. As arriscadas estradas de barro,

⁵⁹ Idem, p. 95.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Op. Cit.

⁶² CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**. A palavra chave de um cientista que amava sua terra. Op. Cit.

esburacadas e sem iluminação eram um problema para qualquer tipo de locomoção. Esse obstáculo foi constatado por 15 localidades dentre as estudadas (gráfico 1). Esse número é bem maior quando verificamos o detalhamento de localidades que não reivindicaram esse direito, mas que tem o mesmo retrato geográfico, situação do Engenho Bela Vista com cerca de 390 moradores lidando com “estradas de barro, carroçável, num percurso de aproximadamente 4km, através da PE-126, trecho entre Catende e Palmares”⁶³.

Os donos de engenho sabiam que os moradores tinham carências e, dentre elas, as principais estavam ligadas ao transporte, seja para obtenção de insumos com a ida às feiras nos dias de sábado para comercializar mantimentos, inclusive, requisitava “abastecimento alimentares a preços populares”⁶⁴. O preço dos alimentos também era um problema enfrentado pelos trabalhadores. O transtorno não se restringia somente aos territórios fora dos centros urbanos, o próprio Distrito Santo Antonio dos Palmares, sendo o segundo maior depois da sede, alegava preços abusivos nas vendas, e solicitava o barateamento no valor dos gêneros alimentícios⁶⁵.

A permissão de acesso a outros lugares ameaçava a ordem natural do engenho e isso precisava ser contido. Por isso, nem sempre era possível acessar as feiras, ou o centro de Palmares/PE para comprar o que precisava e o dinheiro dava, de certa maneira, os moradores eram obrigados a adquirirem produtos necessários em vendas locais a preços abusivos. Por não terem outra opção, não fosse por motivo de alimentação, ou doença, poucos eram os incentivos que levavam o trabalhador a saírem do engenho, sabendo disso, os barracões⁶⁶ surgiram como outra ferramenta de alienação do homem a sua localidade⁶⁷, realidade essa, dos moradores do Engenho Lajedo, que eram obrigados a escolher entre receber ou ir às feiras, e como não era possível barganhar acatavam a decisão do patrão. Os salários eram recebidos também aos sábados para aquele que viviam no Engenho Lajedo “esse procedimento adotado faz com que haja sempre uma dependência dos trabalhadores com o

⁶³ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol.2, p. 189.

⁶⁴ Idem, p. 158.

⁶⁵ Idem, p. 185.

⁶⁶ O espaço de vendas nos barracões era uma forma dos moradores terem acesso a produtos que só encontrariam em outras localidades. Alguns trabalhadores recebiam seus salários em moedas de troca que só poderiam ser utilizadas nos barracões da região, impossibilitando a compra de produtos em outras áreas ou feiras. O trabalho aumentava, mas o crédito recebido quase não mudava, e os preços nos barracões eram altíssimos. Para entender melhor a importância dos barracões dentro do sistema de moradia, é recomendável a leitura: FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op.Cit.

⁶⁷ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Op. Cit.

proprietário do barracão, tornando cativa a sua clientela”⁶⁸.

A perspectiva de vida dos trabalhadores era muito curta devido às péssimas condições de trabalho que demandavam um físico capaz de suportar tais práticas custosas diariamente. Igualmente, exigia gastos calóricos em proporções bem maiores do que as calorias consumidas diariamente⁶⁹. A fome desencadeava doenças crônicas e endêmicas⁷⁰, a alimentação era mínima e não se podia escolher o que e nem mesmo quando comer. A quantidade de refeições feitas ao longo do dia, mesmo somando tudo, não atingia o equivalente as calorias necessárias para uma refeição adequada, resultando num corpo em constante trabalho e fraqueza⁷¹.

O campo foi por muitas vezes um espaço de violência e dominação, onde os latifundiários preferiam assassinar seus trabalhadores a “matar suas necessidades alimentares”. Restava para o cortador tapear a desnutrição chupando pedaços de cana e comendo frutas, ciente de que, dependendo do patrão, poderia sofrer castigos por esses atos de atrevimento⁷².

Alguns moradores conseguiam acessar as feiras e participavam do comércio de troca e venda dos produtos que haviam colhido em seus pequenos sítios ou pescado. Entretanto, isso não representava uma melhoria significativa na qualidade de vida, já que tanto a agricultura de subsistência quanto a pesca eram utilizadas como moeda de troca não só para adquirir outros alimentos, mas também para obter materiais de necessidades básicas⁷³. Isso ocorria porque o salário era insuficiente e a miséria era abundante.

O nanismo⁷⁴ quando não levava ao falecimento o corpo enfermo, por insuficiência alimentar, vitimava lentamente o trabalhador. É possível analisar uma mesma situação a partir da realidade de fato evidenciada pelo explorado, e pela percepção do explorador, duas realidades opostas que se comunicam, mas que a nomenclatura e o sentido divergiam:

⁶⁸ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, p. 171.

⁶⁹ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil**. Op. Cit.

⁷⁰ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Op. Cit.

⁷¹ CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**. A palavra chave de um cientista que amava sua terra. Op. Cit.

⁷² “As formas de enganar a fome causavam também danos à saúde dos trabalhadores. O uso de álcool, como tão bem o mostrou Francisco Julião, e outras drogas, era encorajado pelos patrões que nunca deixavam o barracão desprovido de cachaça, quando faltavam gêneros alimentícios básicos”. Ver mais em: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Op. Cit., p. 534

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, p.249.

nanismo ou preguiça, doença ou moleza. Fica evidente e fácil de identificar o que realmente era e como foi visto pelo patrono.

Acesso a terra e melhorias das casas

Os roçados que serviam como fonte de subsistência recolhidos do plantio em pequenas terras delimitadas pelo patrão que cediam a alguns de seus trabalhadores, mas que não podia ser considerada uma propriedade de quem ali morava, do mesmo jeito, controlava o que poderia ou não plantar⁷⁵, passaram a ter uma ressignificação, deixando de ser uma discussão voltada somente para o caráter econômico, e passando a ser também analisado em discussões trabalhistas, de identidade, e autonomia como bem pontua Samuel Maupeou: “Ele passaria a ter uma função não apenas alimentar e financeira, mas também política, podendo ser entendido como um espaço de resistência, de autonomia camponesa e de relativa expressão da função social da terra⁷⁶”.

A concessão de alguns pedaços de terra limitados a moradores surgiu com objetivos já expostos anteriormente quando falamos da questão de subordinação e dependência dos vínculos entre patrão e empregado. Diante disso, passada a metade do século XX, a Lei do Sítio decretada em outubro de 1965 tornou norma jurídica obrigatória ceder sítios de acordo com os preceitos estabelecidos pelo próprio direito adquirido, entre eles, o tempo de serviço do trabalhador⁷⁷.

O decreto propiciou um novo ordenamento, ao mesmo tempo, que as relações de vínculos entre os sujeitos e suas atividades mudavam:

A partir do golpe militar e do PROÁLCOOL, que financia a parte agrícola do setor por área plantada, com uma malha viária permitindo o transporte da cana, mas também o deslocamento pendular dos assalariados, a questão do sítio perdeu sua função de sedentarizar os canavieiros dentro dos engenhos e mantê-los à disposição da empresa a baixo custo⁷⁸

⁷⁵ DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado a terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Op. Cit., p. 206.

⁷⁶ MAUPEOU,

Samuel. C. de. Seria o sítio uma forma de luta pela reforma agrária? A “Lei do Sítio” nos processos do TRT de Pernambuco (1980-1985). Revista Historiar, [S. l.], v. 7, n. 13, 2016, p. 39.

⁷⁷ DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado à terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Op. Cit., p. 202.

⁷⁸ Idem, p. 202.

Numa busca pela ampliação do latifúndio, e inspecionados pelas vias judiciais, ao contrário do início dos anos de 1900, os donos de engenho não podiam expulsar os moradores tendo a certeza de que ficariam impunes. Dessa maneira, usavam outras metodologias de desapropriação. Por vezes, mandavam passar com tratores por cima das lavouras dos sitiantes ou plantavam cana em volta de suas casas⁷⁹. Com isso, muitos trabalhadores se deslocavam para as zonas urbanas, pois não encontravam mais vantagens em continuarem nessas áreas, pois, o dinheiro era pouco, e não poderiam desenvolver a cultura de subsistência⁸⁰.

Com uma contagem de 66 habitações, o Engenho Catuama II, propriedade da

Usina Pumaty, continha um quadro de 390 habitantes, que embora as pesquisas não respondam de fato quem estava diretamente ligado às atividades industriais e canavieiras, é sabido que eram trabalhadores legalizados⁸¹. Por acordos contratuais que muitas vezes ficavam somente em promessas nunca cumpridas, ou pelas reivindicações da lei do Sítio, não só Catuama II, como os engenhos de Comunidade Boa Vista, Lajedo, Pocinho, Campinas, Herval, Veneza, e o Distrito Santo Antonio dos Palmares exigiam a garantia do direito à terra, contabilizando 2.425 moradores dos quais não se distingue quem tinha ou não roçados.

Mesmo sendo apenas 7 localidades que exigiam o cumprimento da lei do Sítio dentre as 39 estudadas, não podemos dizer que às outras 31 nas quais totalizavam 10.704 pessoas tinha a garantir do direito de acesso a terra, levando em consideração que “nem todas as famílias que moravam nos engenhos na segunda metade do século XX tiveram, em algum momento, acesso a sítio/roçado”⁸².

Os patrões não só negavam os cumprimentos legais como também tomavam medidas contra os residentes que tinham seus pequenos roçados ativos. Invadiam os sítios, e abandonavam as casas. Segundo o FIAM, 15 engenhos (gráfico 1) denunciavam as péssimas condições dos casebres, a verdade é que os proprietários nunca tiveram intuito em fazer reformas, ou reparos nessas casas.

Quando ocorreram mudanças nas estruturas de interesses políticos, econômicos e administrativos na segunda metade do século XX, os proprietários de terras buscaram expandir e estender as plantações de cana-de-açúcar. Eles passaram a disputar ou recuperar os espaços concedidos aos seus trabalhadores. Dessa vez, no entanto, eles não poderiam simplesmente expulsá-los, pois as leis trabalhistas, mesmo que discretamente, garantiam a

⁷⁹ Idem,

⁸⁰ Idem.

⁸¹ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul. Vol 1, p. 165.

⁸² DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado à terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Op. Cit., p. 204.

permanência dos moradores em suas terras. Portanto, a falta de reparos nas casas deixou de ser um desinteresse e se tornou uma estratégia, já que os donos solicitavam pequenas reformas de acordo com mandados judiciais.

Grande parte das moradias da localidade de Palmares era construída de alvenarias, ou taipas, com metros quadrados insuficientes para comportar famílias numerosas. Basta olharmos para o Engenho Herval em cuja pesquisa da FIAM constatou-se “casas com no máximo quatro cômodos e quase todas em alvenaria, em péssimo estado de conservação, não há interesse algum por parte da usina em recupera essas casas”⁸³

Saneamento básico e acesso à água

Não se pode hierarquizar os problemas em uma relação de maior gravidade em detrimento de outros, porém, a inexistência ou as péssimas condições de saneamento nas pequenas localidades são o tema mais recorrente nas reivindicações das comunidades do município de Palmares.

Os domicílios construídos precariamente apresentavam condições insalubres sem condições propícias para higiene pessoal. Ao analisar os dados do levantamento realizado pela FIAM e ler sobre o Engenho União, é possível constatar a ausência de qualquer uma das reivindicações mencionadas no gráfico 1, o que é intrigante, pois, em sua descrição apontava a falta de fossas e banheiros na maioria das habitações do engenho⁸⁴. A partir disso, podemos concluir que essa realidade não se limita apenas aos 11.618 homens e mulheres que vivem espalhados nos 29 engenhos, os quais qualquer tipo de infraestrutura para atender de forma adequada essas populações. Os moradores ficavam vulneráveis a doenças ocasionadas pela falta de tratamento de esgotos, além do acúmulo de dejetos descartados no local. O fornecimento de água potável não existia, resultando em acesso inadequado à água limpa e segura para o consumo diário, o que contribuía para a contaminação ambiental e disseminação de patologias. Desse modo, conseguimos exemplificar uma situação quase geral, destacando o Engenho Sumidouro no qual “grande parte das habitações do Engenho não possui fossas e banheiros. A água consumida provém de uma cacimba descoberta que possivelmente se encontra contaminada”⁸⁵.

⁸³ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul. Vol 1, p. 207.

⁸⁴ Idem, p. 189.

⁸⁵ Idem, p. 223.

Ao contrário do Engenho Sumidouro, a localidade de Boa Vista não exigiu o desenvolvimento do saneamento básico em seu território. Mesmo não sendo objeto de suas reivindicações, isso demonstra novamente como áreas que não apontam precariedade em determinado setor podem ser comparadas, apresentando características semelhantes às que pertencem a categorias exclusivas. Pois, os 100 canavieiros do Engenho de Boa Vista “vivem em sítios isolados, sem qualquer indício de rede coletiva de dejetos. Quanto ao abastecimento d'água a população serve-se da própria natureza local, com vários riachos, fontes e cacimbas, sem qualquer critério de tratamento e proteção dos mananciais”⁸⁶.

O contexto se torna ainda mais alarmante quando observamos que, mesmo com a presença de banheiros ou fossas em algumas localidades, isso se mostrava insuficiente para atender a todos. Um exemplo disso é o Engenho Catuama II, com 390 pessoas distribuídas em 68 habitações, tinha “um precário sistema de saneamento, consistindo este em construção de fossas que atendem às necessidades de apenas duas residências, causando problemas para os moradores que frequentemente estão com suas fossas transbordando ou obstruídas”⁸⁷. Nas regiões da Zona da Mata, especialmente em áreas mais distantes, o acesso à água era limitado, mesmo diante de rios capazes de abastecer toda a população. Nesse contexto, as trabalhadoras rurais nas regiões canavieiras precisavam estar constantemente em deslocamento, percorrendo trajetos que os levavam ao trabalho, feiras, escolas e hospitais. A escassez de recursos hídricos tornava-se uma das causas que os obrigava a sair de suas casas em busca do que não poderiam ter em seus lares. Era comum observar a circulação de pessoas em caminhos em busca de fontes de abastecimento como cacimbas, rios e poços, sem qualquer tipo de tratamento utilizavam a mesma água não tratada para todas as atividades diárias, enfrentando dificuldades e precariedade em relação à higiene e saúde.

Educação

Ao longo deste artigo, foram abordadas diferentes temáticas que denunciam a realidade da classe trabalhadora. Algumas delas intensificam as adversidades concernentes à escolarização. No primeiro momento, podemos destacar como a indisponibilidade recorrente ao uso do transporte e a situação das estradas dificultava aos estudantes chegarem aos locais de ensino. Igualmente, mesmo para os engenhos que possuíam escolas, ainda que

⁸⁶ Descrição de como funcionava a questão do Saneamento Básico no Engenho de Boa Vista. Idem, p.223.

⁸⁷ GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul. Vol 1, p. 165.

insatisfatórias, não conseguiam promover aulas em turnos diferentes. Isso restringe ainda mais a parcela da população que poderia comparecer, uma vez que muitas pessoas estavam envolvidas em atividades de trabalho durante o dia.

Um exemplo é o de Santo Antônio dos Palmares cuja população reclama “das condições de ensino e principalmente a inexistência de curso noturno de modo a atender a população adulta”⁸⁸. Das 20 localidades que solicitaram melhorias educacionais, apenas os engenhos de Limão⁸⁹ e Santa Fé⁹⁰ oferecem aulas em dois turnos. Além disso, entre as 39 localidades, apenas a de Gomes⁹¹ se junta a essa estatística.

A destinação de locais para estudo era inadequada, as aulas eram ministradas em diversas estruturas como igrejas, residências e outras construções improvisadas, com o objetivo de atender aqueles que tinham acesso ao ensino mais básico. Não sendo privilégio de toda a população, pois, mesmo havendo escolas municipais, estas se encontravam distantes das localidades, sendo que o custo do transporte correspondia a quase um dia de trabalho. Observa-se uma maior concentração de estudantes nos engenhos vizinhos. Sendo assim, muitos trabalhadores tinham que arcar com despesas caso quisessem se alfabetizar ou garantir a educação de seus filhos. Uma opção limitada era buscar uma vaga nas raras escolas mantidas pelos engenhos da redondeza.

Dessa maneira, no Engenho Herval “não havia escola no Engenho. As crianças, em idade escolar, deslocavam-se a pé para a escola do Engenho Lajedo, distante 1km e sem condições de atender à demanda”⁹². Ao analisarmos detalhadamente o Engenho Lajedo, constatamos que a escola era mantida pela usina Catende⁹³.

Tratar da educação envolve diversos fatores externos. A decisão de estudar não era meramente pessoal, mas sim, influenciada por circunstâncias sociais e econômicas. De certa forma, o distanciamento geográfico, a falta de alimentação adequada, a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, as estradas precárias, o custo dos transportes para deslocamento, a fadiga e a responsabilidade das crianças em contribuir para o sustento da família, juntamente com os professores que cobravam pelo ensino. Tudo isso, conforme abordado em parágrafos anteriores, contribuía para a restrição do acesso à educação, exigindo que os indivíduos superassem todas essas barreiras para poder estudar.

⁸⁸ Idem, p. 220.

⁸⁹ Idem, p. 211.

⁹⁰ Idem, p. 217.

⁹¹ Idem, p. 5.

⁹² Idem, Vol. 2, p. 207.

⁹³ Idem, Vol. 1, p. 171.

Considerações Finais

A memória histórica é a razão pela qual conseguimos desenvolver este artigo. Todo ato de rememorar decorre de uma indagação feita ao passado, ao presente ou ao futuro. De certa maneira, entendo que o historiador está constantemente fazendo perguntas para que a História responda.

Por isso, sempre desejei compreender como a cultura do açúcar interferiu no processo de desenvolvimento e formação do Município de Palmares, PE. No entanto, essa pergunta poderia suscitar uma discussão prolongada e talvez genérica. Para atender à objetividade e à delimitação necessárias em um trabalho de conclusão de curso, direcionamos nosso foco para a questão do trabalhador açucareiro dentro do sistema de morada.

Mesmo para aqueles com origens ligadas às cidades interioranas ou que tenham conhecimento do que são os engenhos, muitos desconhecem que eles representam um espaço de significativas marcas históricas.

Na feitura deste trabalho, levamos em consideração também as normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o papel do artigo como recurso didático para a formação do aluno dentro das Instituições Escolares. Uma vez que os livros usados no ensino de História não detalham determinados assuntos, grande parte deles acaba não abordando a história local ou específica, sendo necessário o engajamento de outros meios para suprir essa lacuna.

Por esses fatores, o projeto aqui apresentado tem o propósito de observar e discutir a realidade dos canavieiros em 39 localidades de Palmares. Essas populações descendentes de outras épocas estavam atreladas a trabalhos desumanos, lutando diariamente para sobreviver, uma vez que não havia perspectiva de vida digna.

Ao mesmo tempo em que estudamos a situação à qual estavam submetidos tais grupos, passamos a compreender o engenho com uma perspectiva diferente da de um mero lugar de residência. Dessa forma, percebemos como as estruturas sociais e econômicas destas localidades foram se adaptando a uma nova realidade após a independência e a abolição.

Embora o artigo nos remeta à situação do trabalhador rural nos anos de 1980s, não é possível compreender por que viviam da forma que viviam sem considerar os momentos que antecedem o período mencionado. É por essa razão que o texto se esforça não apenas para evidenciar os relatos, mas também para identificar os fatores que levaram à situação desses trabalhadores rurais.

Por essa razão, o texto começa com um breve panorama de como o açúcar influencia desde o início de sua produção no Brasil, modificando o espaço físico e todas as esferas inerentes às relações sociais. A economia açucareira parecia ser permanente, mas sua base não o era, por isso, ela não apenas moldou o estado natural da terra, mas também as relações com o passar do tempo. Com isso, percebe-se que a independência e a abolição não representavam uma ruína para essa estrutura, mas sim a adequação de uma nova ordem econômica que passou por uma reestruturação com o implemento das indústrias.

Os engenhos, os canaviais e as usinas eram regulamentados pela violência, que jamais se desvinculou, tanto no período colonial quanto na República. A coação era predominante em diversas formas. Quando nos referimos aos abusos sofridos por aqueles que estavam sob o sistema de morada, mergulhamos em um debate que vai muito além das agressões físicas. Nesses espaços a brutalidade não era apenas consequência de uma punição, mas à própria garantia de ordem do regime.

As áreas canavieiras se expandiram por todo o território pernambucano, alcançando a Mata Sul, que é o foco deste artigo. A cidade era afetada pelas indústrias, estradas de ferro e conflitos externos, resultando em um local de migrações e aumento da diversidade demográfica. Esse município tornou-se um espaço de movimentações econômicas e populacionais.

Por fim, adentramos nos detalhes das localidades estudadas e, a partir desse momento, passamos a compreender o significado da luta pela sobrevivência sob o regime de morada. O engenho apresentava carência de saneamento, o que acarretava problemas de saúde para os trabalhadores, além de uma alimentação mínima e exploração máxima de sua mão de obra. A existência de direitos era negligenciada, com a negação das normas constitucionais. Havia escassez de escolas e inexistência de infraestrutura para um ensino apropriado, fazendo com que muitos indivíduos não soubessem ler, embora tivessem conhecimento básico para contar o pouco que recebiam.

Mesmo as denúncias evidenciadas aqui sendo direcionadas a determinados povoados dentro de um território delimitado, a realidade exposta pertencente às localidades de Palmares se repete em outras cidades.

Referências Bibliográficas:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. 2. ed. Recife : Ed.Universitária da UFPE, 2012.

ANDRADE, Manuel C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas em Pernambuco**. Recife: Massangana, 1989.

ANDRADE, M. C. de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

BEZERRA, Marcela Heráclito. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieira na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)**. Recife, 2012.

CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente**. Coletânea de Artigos. Recife: Ed UFPE, 2007.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Palmares (PE)**. Série Monografias municipais. Editor FIDEPE, FIAM, 1981.

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Os Engenhos Centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**. Departamento de Economia, Universidade Federal de Alagoas. ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, Códice Engenhos Centrais, Documento no 80.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2a Ed. Recife: Editora da UFPE, 2012.

DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado a terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. **Tempos Históricos**. Vol. 18, 2014.

FERLINI, Vera. **A Civilização do açúcar** (Séculos XVI a XVIII). Ed. Brasiliense. São Paulo.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil. In: OLIVEIRA, Tiago B. (org.) **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil** (Pernambuco, século XX). Recife: Editora da UFPE, 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras** (Zona da Mata de Pernambuco, 1963- 1973). Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 1, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Vol. 2, 1987.

GARCIA, Afrânio Raul. Libertos e Sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, 1988, p. 5.

MAUPEOU, Samuel. C. de. Seria o sítio uma forma de luta pela reforma agrária? A “Lei do Sítio” nos processos do TRT de Pernambuco (1980-1985). **Revista Historiar**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2016.

